

Considerações sobre a contingência e a necessidade em Aristóteles: o raciocínio e seus objetos

Considerations on Contingency and Necessity in Aristotle:
reasoning and its objects

Caroline Bekmessian Pinheiro¹
Orlando Bruno Linhares²

RESUMO

O presente trabalho interpreta de modo estrutural a razão em Aristóteles a partir da distinção entre os conceitos de contingência e de necessidade apresentados pelo autor, com o objetivo de compreender o que é o raciocínio, quais são os seus elementos, objetos e implicações.

Palavras Chave: Aristóteles; Silogismo Científico; Sabedoria Prática

ABSTRACT

This work outlines an interpretation of the structural reason in Aristotle, beginning from the distinction between contingency and necessity's concepts introduced by the author in order to understand what rationality is, including its elements, objects and implications.

Keywords: Aristotle, Scientific Knowledge; Practical Knowledge

Introdução

No sistema, que constitui o pensamento aristotélico, encontra-se uma divisão entre as ciências, correspondente aos seus objetos de análise: as que consideram aquilo que é eterno, imutável e necessário são as ciências teóricas, enquanto as que estudam os objetos contingentes, isto é, aqueles que podem tanto ser quanto não ser e que dependem da ação humana são denominadas ciências práticas.

A distinção das ciências procede das diferentes operações racionais, que variam de acordo com os objetos com os quais a razão se depara. As partes racionais

¹ Possui graduação em Filosofia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie(2016).

² Bacharel, licenciado e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e doutor em Filosofia pela UNICAMP. Professor do Curso de Filosofia da Universidade Presbiteriana Mackenzie.



dividem-se em teórica e prática; esta pensa os objetos contingentes e aquela, os objetos eternos e necessários. A primeira é universal, já a segunda versa sobre os particulares, objetos da ação.

A finalidade do conhecimento teórico³ é a verdade, que se manifesta através da demonstração das causas. No conhecimento prático o escopo é a ação verdadeira, ou seja, a virtude.

Com essa distinção entre sabedoria prática e teórica, Aristóteles consegue determinar nos *Analíticos Posteriores* as formas do raciocínio demonstrativo e, em sua ética, explicitar a ação humana. No entanto, cabe a pergunta: como se estrutura o pensamento em seus diferentes domínios para que seja possível alcançar a verdade, uma vez que, no silogismo teórico os juízos são necessários e no prático, contingentes? Isto é, como, para o autor, a razão organiza os juízos, de modo que, através da mediação de seus termos, apresenta-se o elo do qual resulta em uma conclusão que seja por um lado, conhecimento verdadeiro e, por outro, uma ação virtuosa.

A Contingência e a Necessidade

Aristóteles distingue duas classes de objetos, a pertencente ao domínio do necessário e a do contingente.

Necessidade para o autor, em sentido primário, significa aquilo que não pode ser de outro modo, diferente do que é.

Ademais, dizemos que é necessário que seja assim o que não pode ser diferente do que é. E desse significado de necessário derivam, de certo modo, todos os outros significados. [...]. (Met. V-5, 1015a35)⁴

O necessário é o domínio dos objetos eternos e imutáveis. Eternos porquanto: “[...] todas as coisas que existem por necessidade no sentido absoluto do termo

³ Conhecimento teórico e conhecimento científico são utilizados de forma sinônimas neste texto.

⁴ As referências aos textos de Aristóteles seguem o padrão clássico: título da obra abreviado, livro (em numerais romanos), capítulo e a especificação da página, coluna e linha de acordo com a edição de Bekker.



são eternas, e as coisas eternas são ingêntas e imperecíveis.” (EN. VI-3, 1139b20), e imutáveis, uma vez que, ao serem necessárias, não admitem modificação.

A contingência, por outro lado, abarca a possibilidade, o que pode ou não ser, admite a variabilidade e a indeterminação.

É preciso notar que essa expressão [poder ser diferente] pode ter dois sentidos: significa inicialmente que uma coisa pode vir-a-ser outra diferente do que é; mas significa também que uma coisa que é o que ela é poderia ser, atualmente, diferente do que é. No primeiro sentido, a expressão designa as coisas em movimento por oposição às imutáveis; no segundo, corresponde ao nosso conceito de contingência oposto ao de necessidade. [...]. (AUBENQUE, 2008, p.112, nota 18)

No domínio do contingente estão os objetos detentores do princípio do movimento, os seres naturais à mercê da geração e da corrupção, opondo-se assim, aos imutáveis. A contingência, em contrapartida à necessidade, refere-se aos objetos que poderiam ser diferentes do que são.

A Divisão das Ciências

As ciências acompanham a divisão⁵ de acordo com o domínio no qual seus objetos estão submetidos, contingência ou necessidade. As ciências que estudam as relações e objetos necessários são teóricas; as que versam sobre a classe dos variáveis são práticas.

Dentre as ciências, cujos objetos são contingentes, compreendem-se a arte e a ação. A arte é a capacidade raciocinada de produzir, o princípio do movimento está no produtor e o resultado, o produto, externo a ele.

Toda arte visa à geração e se ocupa em inventar e em considerar as maneiras de produzir alguma coisa que tanto pode ser como não ser,

⁵ Para o quadro esquemático das ciências em Aristóteles, ver Reale (2001, pág 48).



e cuja origem está no que produz, e não no que é produzido. (EN. VI-4, 1140a14)

Destaca-se que o produzir difere-se de agir. A ação possui o princípio no agente e o fim em si mesma, porquanto o resultado consiste no próprio ato de agir.

A ciência prática caracteriza-se por figurar na indeterminação, conseqüente da contingência⁶, que abre espaço para a ação.

[...]. Agir e produzir é, de certa forma, se inserir na ordem do mundo para modifica-lo; é supor, pois, que este mundo, que oferece tal latitude, comporta um certo jogo, uma certa indeterminação, um certo inacabamento. Tanto o objeto da ação quanto o da produção pertencem, pois, ao domínio daquilo que pode ser diferente. (AUBENQUE, 2008, p.110)

As ciências teóricas têm por finalidade a verdade, fundamentando-se nos princípios e nas causas. A Física⁷, a Matemática e a Metafísica são as ciências identificadas como teóricas, pelo autor.

A Física ocupa-se do gênero do ser que se submete à geração e à corrupção, não por isso, passa por ser confundida com uma ciência prática, posto que, procura demonstrar as relações necessárias procedentes do gênero que lhe corresponde. O objeto da Física é a substância sensível ou, como denomina o autor, o Sínolo, ou seja, o composto resultante da matéria com a forma.

Ora, também a ciência física trata do gênero particular de ser, isto é, do gênero de substância que contém em si mesma o princípio do movimento e do repouso. Pois bem, é evidente que a física não é uma ciência prática nem produtiva: de fato, o princípio das produções está naquele que produz, seja no intelecto, na arte ou noutra faculdade; e o princípio das ações práticas está no agente, isto é, na volição, enquanto coincidem o objeto da ação prática e da volição. [...]. (Met. VI-1, 1025b20)

⁶ A contingência, em Aristóteles, se refere tanto àquilo que pode tornar-se diferente do que é (vir-a-ser), em oposição ao que é eterno e, portanto, sempre o mesmo, como ao que poderia ser de outro modo, em oposição ao objeto cujo ser é necessário. A Ética em Aristóteles configura-se no âmbito da oposição à necessidade, pois é na indeterminação, no poder ser de um modo ou outro, que se abre o campo para ação, no qual reside a escolha, seja pelo agir ou não-agir. Desse modo, as ciências práticas são apresentadas na *Ética a Nicômaco*, em oposição às teóricas, que versam sobre as relações necessárias. Cf. Aubenque (2008, p. 107-117).

⁷ O termo Física é utilizado no sentido de Ciências Naturais.



Os objetos da Matemática são as propriedades quantitativas, as grandezas e os planos. A Metafísica⁸, por sua vez, é a ciência teórica, considerada pelo autor como a mais elevada, seu objeto é hierarquicamente superior ao da física e da matemática. Superior por não tratar de um gênero do ser, de uma parte específica, mas dos princípios do ser enquanto ser⁹, explica Aristóteles. A Metafísica ocupa-se com a essência, as condições necessárias para que algo seja o que é, do ser em geral, compreendido como substância¹⁰ e em seu sentido primeiro, de forma.

A Lógica, no entanto, não compõe uma ciência propriamente dita, mas antes um instrumento para o exercício dessas. As ciências, para que assim sejam consideradas, devem seguir uma estrutura racional que possibilita o conhecimento. Na Lógica, Aristóteles estuda como o pensamento procede e quais são seus elementos, estabelecendo as formas adequadas de pensar. O estudo formal se apresenta através do silogismo, que concebe a ordenação na qual se funda o raciocínio, ou seja, o modo como conectamos os juízos e desses inferimos uma conclusão, um novo juízo.

⁸ O termo Metafísica não é utilizado por Aristóteles, tradicionalmente atribui-se a origem do termo a uma denominação de origem editorial, quando da organização das obras de Aristóteles por Andrônico de Rodes, significando a posição da obra após os tratados de Ciências Naturais, posteriormente, o termo teria adquirido seu caráter conceitual da ciência que perpassa a Física. Aristóteles, intitula como Filosofia Primeira, Teologia ou simplesmente Sabedoria, o objeto de estudo de seu texto. Sobre a origem do termo Cf. Reale (2001, p. 27).

⁹ A expressão “ser enquanto ser” é matéria de diferentes interpretações, Reale identifica o ser com a noção de substância, o ser apresenta múltiplos sentidos, porém a multiplicidade se unifica no conceito de substância. A fórmula “ser enquanto ser” representa sua multiplicidade estrutural, estudar o “ser enquanto ser” é estudar os múltiplos significados de ser e sua relação com a substância. Ver Reale (2001, p. 66-67).

¹⁰ O problema do ser e da substância configuram o ponto central da Metafísica aristotélica e, conseqüentemente, é matéria de debates e de diferentes interpretações. O ser em Aristóteles é compreendido na multiplicidade de seus sentidos que, todavia, convergem na referência à substância, o autor por um lado preocupa-se em refutar as concepções sofisticadas de que tudo é acidente, enquanto, por outro, foge de uma ontologia “radical”, como a dos Eleatas e seus seguidores, que acabam por impossibilitar o discurso científico. A concepção aristotélica do ser encerra questões de cunho lógico, linguístico, bem como ontológicas, que vão além dos textos da *Metafísica*, presentes, em obras como nas *Categorias* e nos *Analíticos Posteriores*. Ver Aubenque, *El Problema del Ser em Aristóteles*, 1974.



A Divisão da Razão

A divisão das ciências concorda com a repartição que Aristóteles introduz para a racionalidade.

A alma atua como o princípio vital dos seres e está dividida em três partes ou funções: a Vegetativa é responsável pelas funções elementares como as fisiológicas e nutritivas, compartilhada por todos os seres vivos, sendo exclusiva nas plantas. A segunda, a Desiderativa (ou sensitiva), responde pelo princípio que rege o movimento, as sensações, paixões e desejos, presente nos animais e nos seres humanos. A Racional, terceira parte, é peculiar ao homem, equivale às faculdades e operações que permitem o ato de pensar e conhecer.

A parte racional da alma é subdividida em duas: a racional prática e a racional teórica. A divisão é imperiosa para o autor, devido aos objetos acerca dos quais a razão exerce sua atividade.

Dissemos anteriormente que esta tem duas partes: a que concebe uma regra ou princípio racional, e a privada de razão. Façamos uma distinção simples no interior da primeira, admitindo que sejam duas as partes que concebem um princípio racional: uma pela qual contemplamos as coisas cujas causas determinantes são invariáveis, e outra pela qual contemplamos as coisas variáveis; porque, quando dois objetos diferem em espécie, as partes da alma que correspondem a cada um deles também diferem em espécies, visto ser por certa semelhança e afinidade com os seus objetos que elas o conhecem. (EN. VI-1, 1139a3-14)

A prática é responsável pelo princípio racional concernente ao contingente e suas operações designam as ciências práticas. A racionalidade teórica, por sua vez, está voltada aos objetos universais, necessários e eternos, é a parte da qual procedem as ciências teóricas.

O Silogismo

A razão opera por meio de uma estrutura que corresponde ao raciocínio. A ordenação estrutural da razão diz respeito à Lógica. A Lógica não é uma ciência propriamente dita, mas antes uma ferramenta, um instrumento que visa ao funcionamento correto da razão, através da conexão entre os juízos.



O silogismo é a estrutura por meio da qual a razão opera, constitui-se da inferência de uma conclusão mediante um nexo entre duas premissas. A conclusão deve necessariamente derivar das premissas, ou seja, dada estas, o resultado não poderia ser diferente do que é. A necessidade está na inferência.

O silogismo é uma locução em que, uma vez certas suposições sejam feitas, alguma coisa distinta delas se segue necessariamente devido a mera presença das suposições como tais. (AA. I-1, 24b20)

As premissas e a conclusão são proposições, juízos, e constituem-se de uma predicação, uma relação, afirmativa ou negativa, entre sujeito e predicado. “A premissa é uma oração que afirma ou nega alguma coisa de algum sujeito” (AA. I-1, 24a16). Afirmer um predicado de um sujeito significa dizer que o sujeito está contido em certo predicado, pertence à classe dos elementos que encerram determinado atributo. Negar, ao contrário, é excluir o sujeito do conjunto de elementos que inerem o predicado.

O sujeito pode estar contido integral ou parcialmente no predicado. A predicação é universal quando o predicado se aplica a todos os elementos pertencentes ao conjunto do sujeito ou, no caso de uma negação, uma classe se exclui da outra em sua totalidade. Particular quando apenas se aplica, ou não, parcialmente, a um ou mais elementos, porém não em sua totalidade.

A necessidade na inferência estabelece-se através de um nexo entre as premissas, a conexão se faz através de um termo que se repete em ambas, o termo médio.

O termo médio é o responsável pela mediação entre os sujeitos e predicados das premissas originando a conclusão, para isso, o termo médio aparece em ambas, assumindo o papel, em cada uma delas, de sujeito ou de predicado. A posição do termo médio é que determina a configuração do raciocínio, a figura do silogismo.

As figuras do silogismo são três: na primeira figura o termo médio posiciona-se como sujeito na premissa maior e predicado na menor; na segunda, assume o papel de predicado em ambas e, na terceira, de sujeito. A premissa maior é a

7



que contém o termo de maior extensão, que será integrado como predicado na conclusão.

De cada uma das figuras derivam as formas do silogismo. As formas se produzem de acordo com a combinação qualitativas [afirmativas ou negativas] e quantitativas [universais ou particulares] que as premissas podem assumir. Assim, cada umas das premissas podem ser afirmativas ou negativas universais, ou ainda, afirmativas ou negativas particulares. As formas de silogismo estabelecem-se de acordo com os vários arranjos possíveis dentro de cada figura, contudo nem todas as formas são válidas.

As formas válidas são aquelas que dada uma estrutura, ou melhor, a figura a qual pertencem, conseguem, através da combinação das proposições, assumidas quantitativa e qualitativamente, que o termo médio exerça sua função. Assim, de duas premissas particulares, seja na afirmativa ou na negativa, a função não se realiza e, portanto, qualquer figura que contiver esse formato não será válida, da mesma maneira, se todas as premissas forem negativas. No caso das formas inválidas a conclusão é fortuita, não origina necessariamente das premissas, a conexão entre os termos não se efetuou.

As combinações são variadas, mas apenas algumas delas são válidas. Uma forma válida pode comportar premissas verdadeiras ou falsas. Em termos lógicos, verdade ou falsidade, denota a correspondência entre a predicação e a realidade: verdade é tudo aquilo que se afirma ser quando é, ou que se nega, quando não é; falso é dizer que algo é quando não é e o contrário, que não é quando é.

Isso é evidente pela própria definição do verdadeiro e do falso: falso é dizer que o ser não é ou que o não-ser é; verdadeiro é dizer que o ser é e que o não-ser não é. [...]. (Met. IV-7, 1011b25)

Das combinações entre as premissas, em um silogismo, em que pelo menos uma é falsa, resultam conclusões falsas e inclusive verdadeiras. Entretanto, se ambas as premissas são verdadeiras, a conclusão é necessariamente verdadeira. Dessa constatação certifica-se a possibilidade de fazer ciência.



O Conhecimento

O ato de conhecer está na capacidade racional de inferir uma conclusão não manifesta, a partir de conhecimentos prévios. O silogismo peculiar às ciências teóricas é o demonstrativo¹¹.

O silogismo é a estrutura com a qual a razão opera através dos juízos a fim de inferir uma nova informação, dependendo do intuito da operação e dos objetos, o silogismo pode assumir diferentes tipos que se refletem nas características das premissas. Por exemplo, quando as premissas se apoiam na percepção (no particular) com o objetivo de estabelecer a premissa maior (universal) tem-se um silogismo indutivo. Já no caso de premissas de aceitação geral, premissas prováveis, que visam sustentar ou refutar uma tese ou especular sobre um problema através da argumentação, do debate pelo conflito de hipóteses, o silogismo é denominado dialético.

O silogismo característico das ciências distingue-se dos demais por configurar em conhecimento propriamente dito, apesar de todo silogismo ser uma operação racional.

O conhecimento, denominado pelo autor como simples e sem qualificação, ou seja, o conhecimento científico, em oposição ao conhecimento acidental, afirma-se nas causas e na necessidade.

Julgamos dispor de conhecimento *simples e sem qualificação* de tudo (em contraste com o conhecimento acidental dos sofistas) quando sabemos [1] que a causa da qual o fato é originado é a causa do fato e [2] que o fato não pode ser de outra maneira. (AP. I-2, 71b10)

As causas são as razões por trás do fato, que o explicam, e assumem quatro configurações: trata-se de uma causa essencial quando se refere ao conjunto de condições necessárias para que algo seja o que é; de uma causa material, daquilo de que a coisa é feita; causa eficiente, ao distinguir a origem do

¹¹ Silogismo demonstrativo e silogismo científico são utilizados de forma sinônimas neste texto.



movimento, seja da geração ou da transformação; e da causa final, ao expor o propósito, finalidade de algo.

A causa é accidental ao não atuar como condição necessária, quando por meio de outro princípio uma coisa poderia ser igualmente. No caso do conhecimento, o obtemos através da manifestação das relações necessárias, sem as quais algo não poderia ser, e ser, exatamente o que é.

Como expõe Aristóteles no livro II de seu *Analíticos Posteriores* (94a20), “Só julgamos que temos conhecimento de uma coisa quando conhecemos sua causa”

As causas são os princípios, responde o porquê da coisa ser. São primárias ao especificarem o ser em sua totalidade e não, apenas, um aspecto particular. Uma causa é primeira quando é universal.

O conhecimento é, em relação ao universal, a apropriação das condições fundantes para que algo seja o que é, o que significa dizer, os atributos essenciais que configuram o ser e, portanto, não cabem no sentido particular, porquanto o particular não vincula necessidade.

Para conhecer é preciso partir de um ponto anterior ao que se pretende chegar, um conhecimento prévio, melhor conhecido, responsável por amparar o conhecimento que irá se derivar. O conhecimento prévio pode referir-se à existência do fato ou ao significado dos termos, as definições. O conhecimento preexistente é imediato quando sua verdade é auto evidente e, portanto, não carece de uma demonstração anterior.

O conhecimento, em termos práticos, deriva da capacidade de calcular a partir dos elementos particulares, que identificam cada circunstância, a melhor ação, ou seja, aquela que se adequa na medida e não excede em seu agir nem para mais ou para menos. O conhecimento se funda em variáveis e com isso o resultado do raciocínio se aplica somente aquela ação. A experiência, no âmbito prático, fornece a noção de conjunto e o senso do particular, é um conhecimento



oriundo da vivência, não uma mera repetição dos particulares, mas antes a compreensão desses.

O Conhecimento Teórico

A demonstração é uma variedade de silogismo¹², “[...] a demonstração é um tipo de silogismo, mas nem todo silogismo é uma demonstração. ” (25b30). A especificação reside nas premissas, que devem ser verdadeiras, uma vez que, o conhecimento refere-se ao que é verdadeiro; universais, já que o conhecimento em sentido stricto¹³ não é apenas de um aspecto particular, mas das condições necessárias para que algo seja; primárias, anteriores à conclusão, e imediatas, ou seja, a verdade da premissa deve ser auto evidente.

[...] O raciocínio é uma “demonstração” quando as premissas das quais parte são verdadeiras e primeiras, ou quando o conhecimento que delas temos provém originalmente de premissas primeiras e verdadeiras: [...]. São “verdadeiras” e “primeiras” aquelas coisas nas quais acreditamos em virtude de nenhuma outra coisa que não seja elas próprias. [...] (Tóp. I-1, 100a27)

As características das premissas garantem não apenas a necessidade da inferência, o aspecto silogístico, mas, primordialmente, a veracidade da conclusão, através da vinculação essencial que é estabelecida entre o sujeito e seu predicado.

¹² O silogismo é tomado pelo autor de forma genérica, expressa a estruturação da razão, porém se especifica em sua operação, através do intuito pretendido, se o objetivo da razão é científico, o silogismo é demonstrativo, pois tanto os princípios quanto as características da conclusão serão próprios a essa atividade. Já no caso de um debate ou do exercício da crítica, por exemplo, o silogismo adequado é o dialético. Sobre as espécies de silogismo ver *Tópicos* (100a25-101a24)

¹³ O conhecimento científico opõe-se, por um lado, ao sofisticado que apenas figura em sentido aparente, isso porque na concepção sofisticada o ser constitui-se como acidente, e conseqüentemente, suas relações são contingentes, o que impossibilita o discurso sobre a essência. O conhecimento científico realiza-se pelo reconhecimento das causas, dada a atribuição de um predicado a um sujeito, procura-se responder o porquê de tal relação, se toda atribuição é acidental, o sujeito torna-se incognoscível, uma vez que, não há vínculos necessários que justificam a predicação, e assim, a essência “o que é” não pode ser manifesta. Cf. Angioni, *O Conhecimento Científico no Livro I dos Segundos Analíticos de Aristóteles*, 2007.



A necessidade na predicação se funda na relação de causalidade, o silogismo científico tem como intuito demonstrar a causa, dessa forma, responder à questão de o porquê algo ser o que é.

A noção de causalidade, por sua vez, é expressa pelo termo médio no silogismo, que revela as conexões necessárias e, portanto, origina a natureza científica do discurso demonstrativo.

Temos, assim, que demonstração ou silogismo científico é aquele silogismo cuja causalidade e necessidade interna se ajustam à expressão da causalidade e necessidade que a ciência estuda. (SILVA, 2001, pág. 69)

O silogismo científico demonstra a necessidade da relação entre o sujeito e o predicado através do termo médio, que revela a causa dessa necessidade, e assim, manifesta a essência.

[...]. A causa do ser da substância – não ser isso ou aquilo, mas simplesmente existir – e a causa não do seu simples existir, mas por ser associada a algum predicado essencial ou accidental – são em ambos os casos o termo médio. [...] (AP. II-2, 90a10)

O conhecimento teórico é, desse modo, o conhecimento das causas, porquanto é em posse das causas que se revela a essência, que são elementos que compõem a coisa em si mesma, ou seja, sua substancialidade, independente de seus acidentes e levam assim, a compreensão verdadeira do que a coisa é.

A Definição

A demonstração difere dos silogismos em geral pelo caráter de suas premissas, que garantem a verdade e uma relação de necessidade entre sujeito e predicado na conclusão.

Aristóteles, no segundo livro do *Analíticos Posteriores*, pontua os quatro tipos de perguntas que são formuladas em uma investigação e seus conhecimentos correlatos. A pergunta pelo [o quê] busca o conhecimento do fato, já os



[porquês], pelas causas; [se é] questiona a existência¹⁴, enquanto [o que é], a essência.

A questão do fato e da existência precedem as perguntas relativas as razões e a essência, para que se possa indagar cientificamente as causas de um fato é preciso estar em posse do próprio fato, não é possível conhecer algo [o que é] sem a certeza primária de que esse algo é. Se não há a posse prévia do fato ou da existência a investigação não se aplica e o conhecimento é meramente accidental.

[...]. É quando estamos certos sobre o *o que* (o fato) que buscamos o *porquê* (a razão). Às vezes, tornamo-nos cientes deles simultaneamente, mas é inteiramente impossível reconhecer a razão antes do fato. Está claro que do mesmo modo a natureza essencial implica o fato. É impossível conhecer *o que* uma coisa é se não sabemos se ela *existe* (é). [...] (AP. II-8, 93a15)

A pergunta pelo fato constata um termo médio, uma vez que, o fato transcorre de uma causa. O mesmo vale para a questão da existência, algo que é deve ter uma razão que justifica o seu ser. Conhecer o porquê é o mesmo que conhecer o que algo é, causa e essência se identificam. Após certificar que há um termo médio é imprescindível questionar o que é esse termo médio, quer dizer, buscar a explicação do porquê do fato e do ser.

Conforme dissemos anteriormente, conhecer o que uma *coisa é* é o mesmo que conhecer a causa de sua existência. A razão disso é que a coisa possui uma causa definida, que é ou idêntica a ela ou dela distinta e que, se distinta, é ou demonstrável ou indemonstrável. [...] (AP. II-8, 93a5)

Quando a causa é idêntica à própria coisa sua apreensão é imediata, carece de termo médio, a compreensão de suas razões decorre da apreensão do fato, figuram evidentes e dispensam a demonstração. No caso de a causa ser mediada, o fato indica a existência do termo médio, que lhe é distinto. Desse modo, a questão do porquê pretende conhecer [o que é] o termo médio, cuja

¹⁴ Porchat em seu *Ciência e Dialética em Aristóteles*, evita utilizar o termo existir ou existência em geral, nos comentários dessa passagem, pois entende assim respeitar a multiplicidade de significações do termo original, sendo a tradução por existir passível de incorporar dificuldades a problemática a ser adotada pelo autor. Ver (2001, p. 282), nota 15. Optamos por seguir a tradução e abordagem dos comentaristas em geral, Cf. Barnes (2002).



explicação pode ser mediada por um outro termo e resultar em um encadeamento silogístico¹⁵, ou ser um princípio para aquela demonstração.

Os princípios são os pontos de partida para as demonstrações. Aristóteles inicia seu *Analíticos Anteriores* advertindo que “todo ensino e toda instrução intelectual procedem de conhecimento pré-existent” (AP. I-1, 71a1). O conhecimento prévio, explica o autor, pode derivar tanto da suposição do fato ou existência, quanto do significado do termo, a unidade consistiria de ambos.

O conhecimento prévio se apoia nas premissas imediatas, os princípios que sustentam as cadeias de demonstrações dentro de cada gênero investigado.

[...] O primeiro princípio de uma demonstração é uma premissa imediata, e uma premissa imediata é aquela que não tem nenhuma premissa anterior a ela. [...] (AP. I-2, 72a7)

Os princípios consistem de proposições que assumem como verdadeira uma parte da contradição. A verdade¹⁶ se sustenta na relação necessária entre sujeito e predicado, o sujeito é parte do predicado ou o predicado é inerente ao sujeito, de ambas as formas, a atribuição é essencial e, portanto, a outra parte da

¹⁵ A demonstração possui um limite tanto ascendente quanto descendente, por se configurar em relações essenciais, a predicação não pode ocorrer de forma infinita. O limite descendente está nos sujeitos por excelência, aqueles que não estão em um sujeito (por se tratarem dos próprios sujeitos em sentido primário) e não se dizem de nenhum outro, isto é, não servem de predicado, tais casos referem-se às substâncias particulares. O limite ascendente encontra-se nos predicados por excelência, aqueles que não estão em um sujeito (não são inerentes, como os acidentes), mas dizem do sujeito, são os gêneros e as espécies (universais). Cf. *Categorias* (2010) Livro I-5 e *Analíticos Posteriores* (2010) Livro I, 19-23.

¹⁶ A verdade pode figurar tanto em um caráter ontológico quanto proposicional. Em termos ontológicos só cabe o discurso como verdadeiro no que se refere ao ser (o que é), uma vez que do não-ser (o que não é), não se pode afirmar nada, sendo assim, o conhecimento da existência (que é) deve preceder o conhecimento da essência (o que é). Em termos proposicionais, a verdade e a falsidade dizem respeito à afirmação ou negação de um atributo a um sujeito e encontra o seu valor na correspondência do juízo com a realidade. Os juízos sobre as coisas que não-são (acidentes) não possuem valor científico, pois são destituídos de substancialidade, isto é, de um sujeito em sentido primário, sendo assim, não apenas o predicado configura-se em acidente, como o próprio sujeito é contingente, não apresenta essência e seu significado (o que é) é, apenas, nominal. No caso do ser, a existência se dá devido à presença de certos atributos, sua essência, ou seja, para que algo seja homem é indissociável o atributo da racionalidade, e nesse sentido, a essência atua como causa (porquê é) e sua manifestação configura como conhecimento (o que é) do sujeito. Compreende-se assim porque a demonstração depende, para o autor, de princípios verdadeiros, não apenas em níveis proposicionais, mas também no que se confere ao aspecto ontológico. Sobre a problemática da verdade na analítica aristotélica, cf. Porchat (2001, p. 83-86).



contradição é necessariamente falsa. A diferença entre a premissa da demonstração e uma premissa dialética está justamente na verdade conferida à proposição, na dialética o par de contraditórias assumidas é uma hipótese¹⁷, a verdade é de aceitação geral e com isso, acarreta certa contingência. As definições, por sua vez, explicam o que é, revelam a essência.

O conhecimento prévio, pode se dar em duas vias, o conhecimento das proposições ou de seus termos. As proposições constituem da atribuição de um predicado a um sujeito, que y se aplica ou não a x, ou seja, o fato, e com o fato revela-se a existência de um termo médio. O conhecimento do termo, esclarece o significado de x ou y, atua como uma definição que revela a essência [o que é] de forma imediata.

No segundo livro dos *Analíticos Posteriores*¹⁸, Aristóteles trata da definição. Após problematizar a questão, passa a investigar o que é a definição, como se distingue da demonstração e qual dessas apresentam a essência.

Cabe-nos agora retomar o que afirmamos anteriormente e considerar quais argumentos são válidos e quais não são, o que é a definição e se a essência é em qualquer sentido demonstrável e definível, ou se não é de modo algum. (AP. II-8, 93a1)

Para o autor, a definição apresenta sentidos derivados, no entanto, como aponta David Charles, em seu *Substância, Definição e Essência* (Zingano, 2009, p. 371) a uma interdependência entre definição e explicação. Aristóteles esclarece a definição como “uma frase explicativa do que uma coisa é” (AP. II-10, 93b30),

¹⁷ Aristóteles diferencia as teses dos axiomas e as hipóteses dos postulados. Ver (AP. I-2, 72a11). As Teses são, para o autor, os princípios indemonstráveis próprios a um determinado gênero de ciência (S é P como um princípio válido apenas no gênero X). Os Axiomas são os princípios comuns aos diversos gêneros de ciências (S é P é um princípio, independente do gênero estudado), um exemplo são os princípios lógicos, que atuam como prerrogativas para todas as ciências. Hipóteses são proposições passíveis de objeções, que, no entanto, são aceitas como verdadeiras, não efetuada sua demonstração, isto é, suas relações necessárias não são manifestas, porém assumidas, não servem como princípios da demonstração pois carregam certa contingência, são premissas próprias aos silogismos dialéticos. Os Postulados, em contrapartida, são hipóteses impostas de forma inadvertida, independente da aceitação geral, como no caso de uma redução ao absurdo, em que uma premissa falsa é admitida para decorrer suas consequências. Cf. Barnes (2002, p. 99). Sobre os significados de postulado, axioma e definição nos *Analíticos Posteriores*.

¹⁸ A questão da definição é abordada por Aristóteles também na *Metafísica*, em especial no cap. Z, ao tratar da essência no plano racional Cf. Reale (2014, p. 340).



passível de assumir o porquê de uma coisa ser, sendo significativa, porém não demonstrativa, enquanto em um segundo modo distingue-se da demonstração apenas pela disposição dos termos, porém em ambos os casos a definição se caracteriza por manifestar a essência. A definição pode admitir uma terceira configuração quando identificada como a conclusão da demonstração.

A demonstração parte da questão do fato ou da existência, que revelam um termo médio, e inicia-se ao questionar as causas, [o que é] o termo médio, esse pode consistir em uma premissa imediata ou deduzido através de outro termo mediador. Quando imediato a proposição em que figura como sujeito é uma definição significativa e seu predicado inerente. Uma vez mediado segue-se a cadeia dedutiva até ser revelado o termo primeiro. Da demonstração da causa, a conclusão decorrente é a explicação do [o que é] termo extremo maior.

Aristóteles exemplifica (AP. II-8, 93a30) para esclarecer sua perspectiva sobre a definição. Quando em posse do fato “que a lua experimenta um eclipse”, isto é, que eclipse é predicado de lua, evidencia-se a existência de um terceiro termo, no caso, o autor aponta como “a incapacidade de projetar uma sombra [...]”, o fato procede do termo médio, porquanto o termo médio se aplica ao sujeito lua e eclipse ao termo médio. Tendo o fato clarificado, questiona-se o porquê, no caso, qual a causa do eclipse, ou seja, o que é o termo médio. A demonstração esclarece a causa ao expor que a “incapacidade de projetar uma sombra [...]” é uma “obstrução da terra”, assim o eclipse é “uma incapacidade de a lua projetar uma sombra devido a uma obstrução da terra” e, nessa medida, a definição pode tanto ser tomada como uma “semi-demonstração”¹⁹ da essência, que diferirá de uma demonstração pelo modo de apresentação, quanto a conclusão de uma demonstração, o eclipse é “uma obstrução da luz lunar pela terra”.

Em todos os casos, a definição possui um caráter explicativo, não se configura em uma simples predicação, mas na manifestação da essência, explicar [o que

¹⁹ Aristóteles, no Livro II dos *Analíticos Posteriores*, cap. 3-7, problematiza a questão da definição e sua conexão com a demonstração, no cap. 8, o autor reexamina a questão afim de estabelecer de que forma definição e demonstração se relacionam, no caso das premissas mediatas, e expor como a essência se faz conhecida. Ver Barnes (2002, p. 217-221) e Porchat (2001, p. 278).



é] e [por que é] coincidem ao expor as relações necessárias intrínsecas ao sujeito. A definição significativa atua como princípio, porquanto imediata, pois denota que o sujeito é constituído estruturalmente pelo predicado como um todo e não apenas a uma parte dele, fundamenta a demonstração ao ser seu ponto limite primário do gênero estudado, da qual as cadeias silogísticas irão proceder.

O Conhecimento Prático

O conhecimento científico é a operação da razão no que tange ao âmbito teórico da alma. Sua excelência, a sabedoria teórica consiste na apreensão verdadeira das premissas e na inferência correta da conclusão, através das formas validas de raciocínio. Há outra classe de objetos sobre a qual a razão pode operar, a dos objetos variáveis, submetidos ao contingente.

O contingente é marcado pelo que é variável, pode ser ou não ser, âmbito característico da ação. A ação só tem lugar na contingência, pois é na não determinação que o homem pode agir através de suas escolhas. O que é determinado e necessário foge do alcance das ações humanas, independe delas para ser. No caso da ação, o princípio de modificação está no próprio homem.

Existem duas classes de ações, as voluntárias e as involuntárias. As involuntárias são aquelas cujo princípio motor é externo ao homem e, conseqüentemente, ele não tem poder de decisão em relação as ações, por exemplo, o caso de um homem levado por uma enchente e que nada pode fazer a respeito. Nas ações voluntárias o princípio está no próprio homem, ele é quem determina ação²⁰.

A escolha é sobre os meios, os mais adequados para que a finalidade seja alcançada com êxito. A finalidade atua como propulsora da ação, a partir do fim o processo se inicia, a ação se faz sempre em vista de algo.

²⁰ No Livro III-1 da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles, distingue as ações em involuntárias, voluntárias e também, das não-voluntárias e em quais casos cabe responsabilidade ao agente.



A finalidade de uma ação pode ser a própria ação ou algo externo²¹ a ela. Quando a finalidade é externa, compreende-se a ação como um intermédio para o alcance de outra, nesse caso, trata-se de uma subordinação de finalidades, cada fim ao ser realizado, assume o papel de meio para a realização de um outro tido como maior, em um encadeamento de ações. Como no caso de um sujeito que trabalha com objetivo de ganhar dinheiro, porém busca ganhar dinheiro para comprar uma casa e isso, com a finalidade de constituir uma família etc.

A finalidade²² é o ponto de partida para as ações e a ação é determinada pela escolha, porém para escolher a ação se requer um cálculo mental, uma deliberação. A racionalidade na ação está presente na escolha através da deliberação, ambas versam sobre os meios para se atingir o fim.

Não deliberamos acerca dos fins, mas a respeito dos meios. Um médico, por exemplo, não delibera se há de curar ou não, nem um orador se há de persuadir, nem um estadista se há de implantar a ordem pública, nem qualquer outro delibera a respeito de sua finalidade. Dão a finalidade por estabelecida e consideram a maneira e os meios de alcançá-la; e, se parece poder ser alcançada por vários meios, procuram o mais fácil e o mais eficaz; [...]. (EN. III-3, 1112b11)

O fim, observa o autor, é posto pelo desejo. Esse é fruto da parte desiderativa, que compõem o lado irracional da alma. Posto o fim, procura-se deliberar pelos melhores meios. A deliberação é a investigação racional que tem por intuito concluir a forma mais adequada de atingir o fim desejado. A ação está no campo do contingente e a deliberação deve com isso considerar os elementos variáveis que a constituem. A ação está inserida em um contexto e cada contexto é constituído de diversos elementos próprios, o que faz com que cada contexto seja único.

A conclusão da deliberação não é o ato de agir precisamente, mas antes a elaboração da ação, o ato de agir ou não agir consiste na escolha, que tomará por base o resultado da deliberação para decisão. O desejo localiza-se na parte

²¹ Aristóteles distingue as ações intrínsecas, cuja finalidade realiza-se na própria ação, das extrínsecas, aquelas cujo fim é externo, ou seja, a ação nesse caso é um meio para o alcance de determinado objetivo (E.N. Livro I-1 p. 249).

²² A finalidade atua como causa eficiente no âmbito da ação, uma vez que inicia o processo raciocinativo que envolve o agir.



irracional da alma que através da deliberação e da escolha pode ser ordenada pela parte racional, tornando o fim um desejo deliberado “[...] porque após decidir em resultado de uma deliberação, desejamos de acordo com o que deliberamos. [...]”. (EN. III-3, 1113a11).

O resultado da deliberação pode ser a ação acertada, a mais adequada para determinado fim, ou não. A excelência da deliberação não consiste apenas em inferir a melhor ação, mas antes, a correção de todo o processo. A excelência da deliberação incide em concluir corretamente a partir da finalidade certa em conexão com a apreensão verdadeira das variáveis, isto é, delibera-se com excelência quando se tem o fim e as variáveis verdadeiras, que servem como premissas, e infere-se dessas como conclusão uma ação virtuosa.

A ação correta funda-se na justa medida, que não excede nem para mais e nem para menos, o ponto exato entre os extremos. Aristóteles alerta para que a justa medida não seja confundida com uma proporção aritmética, porquanto, não está nos objetos e sim no próprio agente. A justa medida é o resultado da excelência em deliberar, a adequação da ação às circunstâncias.

A ação correta constitui a virtude moral²³ e a correção do processo, a prudência²⁴ (ou virtude intelectual). O virtuoso, a rigor, é o que age corretamente como resultado de sua racionalidade e de tal forma é conduzido pelo intelecto que deseja exatamente o que a razão lhe confere, a justa medida.

A sabedoria prática, com isso, é a excelência do processo racional no que se refere a contingência, mais especificamente a ação humana e segue a seguinte estrutura: o desejo situa o fim, o ponto de partida, em vista da qual ordenam-se

²³ A virtude moral, em Aristóteles, é a ação correta apresentada uma circunstância, constitui-se da justa medida, já a virtude intelectual é o correto funcionamento da razão aplicada ao âmbito prático, ou seja, a excelência do processo deliberativo e da escolha, que compreendem as particularidades de cada situação e identificam a correlata justa medida. Sobre a distinção entre virtude moral e virtude intelectual, cf. Spinelli (2007, p. 39)

²⁴ A prudência é, para o autor, a excelência do processo racional, reconhecida como a virtude intelectual.



os meios; os meios, elementos variáveis que compõem a ação, são calculados através do processo de deliberação e o resultado escolhido.

Os Princípios

A razão em Aristóteles opera de maneira distinta de acordo com seus objetos. No caso, do universal, necessário e eterno, a sabedoria é teórica, consequente do silogismo científico junto com a correta apreensão dos princípios.

Donde se segue que o homem sábio não apenas conhecerá o que decorre dos primeiros princípios, senão que também possuirá a verdade a respeito desses princípios. Logo, a sabedoria deve ser a razão intuitiva combinada com o conhecimento científico - [...]. (EN. VI-7, 1141a17)

Os princípios, no silogismo científico, não são inferidos de uma demonstração, eles são imediatos e apreendidos por outro procedimento. O autor assinala a razão intuitiva como a faculdade que apreende os primeiros princípios.

O processo denominado de intuição²⁵ apresenta como base a percepção. A retenção de uma percepção gera a memória e de diversas memórias, de um mesmo objeto, resulta a experiência²⁶. A experiência é o universal²⁷ decorrente dos particulares apreendidos pela percepção, essa operação da razão representa a intuição. A intuição é a faculdade que assegura o conhecimento dos primeiros princípios, infere da percepção o universal verdadeiro²⁸.

Assim, a percepção sensorial dá origem à memória, segundo a denominação que damos, e memórias sucessivas da mesma coisa dão origem à experiência, uma vez que as memórias, ainda que numericamente múltiplas, constituem uma experiência singular. E a

²⁵ Sobre as diferentes vias interpretativas, empiristas e racionalistas, da passagem sobre a apreensão dos princípios Cf. Barnes (2002, p. 259).

²⁶ Sobre os estágios do processo de intuição dos princípios e a experiência no âmbito teórico, cf. Barnes (2002, 262-265).

²⁷ Um dos pontos levantados pelos interpretes e comentadores de Aristóteles é a ambiguidade do termo “princípios da demonstração”, se o autor discorre sobre a apreensão dos termos universais ou de proposições. Cf. Barnes (2002, 259).

²⁸ O processo de apreensão dos princípios é identificado com a indução em algumas passagens do *Analíticos Posteriores* e mesmo em outras obras, como na *Ética a Nicômaco* e na *Metafísica* (Cf. Porchat, 2001, p. 349), no entanto, o termo indução, na nossa compreensão, é utilizado em sentido lato, porquanto o processo apresentado difere significativamente da compreensão do raciocínio indutivo para o autor, sendo a sensibilidade parte inicial e relevante, porém não suficiente ao processo. (Idem, p. 351)



experiência, que é o universal quando estabelecida como um todo na alma – o singular que corresponde ao múltiplo, a unidade que está identicamente presente em todos os sujeitos particulares – outorga o princípio da arte e das ciências: arte no domínio da criação e ciência no domínio do ser. (AP. II-19, 100a5)

No silogismo científico os princípios assumem a forma de definições, na qualidade de proposições que manifestam uma relação de predicação essencial entre o sujeito e o predicado. Na deliberação, os princípios se formam pela apreensão verdadeira dos elementos particulares de um contexto.

A razão intuitiva, por sua vez, ocupa-se com coisas imediatas em ambos os sentidos, pois tanto os primeiros termos como os últimos são objetos da razão intuitiva e não do raciocínio, e a razão intuitiva pressuposta pelas demonstrações apreende os termos primeiros e imutáveis, enquanto a razão intuitiva requerida pelo raciocínio prático apreende o fato último e variável, isto é, a premissa menor. E esses fatos variáveis servem como pontos de partida para a apreensão do fim, visto que chegamos aos universais pelos particulares; é mister, por conseguinte, que tenhamos percepção destes últimos, e tal percepção é a razão intuitiva. (EN. VI-11, 1143a35)

A intuição opera na apreensão verdadeira dos princípios, quer do silogismo científico²⁹ ou da deliberação. A intuição verdadeira dos princípios com o silogismo científico é a excelência da razão, no que se refere aos objetos teóricos, e constitui na sabedoria teórica (ou filosófica).

O Universal e o Necessário

O silogismo científico demonstra a causa e com isso revela a necessidade de sua conclusão, a correta deliberação investiga a ação adequada, de acordo com o fim em vista. Apesar de se apoiar em termos variáveis e ter apenas lugar no âmbito do contingente, a sabedoria prática revela a única ação apropriada a um determinado contexto e fim, assim, estabelece uma relação de necessidade para a ação.

²⁹ Porchat (2001, p. 374), segue um caminho distinto das interpretações convencionais ao apontar a Dialética como método fundamental no processo de apreensão dos princípios das ciências.



A necessidade revelada na demonstração tem um caráter universal e se aplica ao objeto enquanto unidade, isto é, a conclusão vale sempre para aquele sujeito e não apenas para uma condição particular desse. A necessidade é proveniente da essência do objeto manifesta pela causa. O princípio na qual se funda a demonstração é imutável e o conhecimento inferido não é passível de variação. A verdade, na demonstração, está na impossibilidade de a conclusão assumir uma relação diferente da inferida. É na necessidade e na universalidade em que se fundamenta o conhecimento teórico.

No caso da ação, a necessidade adquire uma outra dimensão. A deliberação só tem espaço no contingente, no indeterminado, que depende da ação humana para assumir uma configuração dentre as possíveis. O resultado da correta deliberação é a ação virtuosa, a única, entre todas possíveis, que se configura como a melhor dadas as circunstâncias apresentadas. Em um outro contexto a ação poderia ser diferente, não há, nesse caso, necessidade em sentido absoluto, quer dizer, a conclusão da deliberação não serve para todos os casos. Agir corajosamente em um contexto não é o mesmo que agir corajosamente em outro, independente do significado teórico de coragem.

Uma ação deliberada como a melhor a ser feita agora pode não ser a melhor a ser feita numa situação e momento diferente: o bom do prudente não é o universal no sentido teórico, a saber, o de valer sempre em todos os casos e em todas as situações, mas é adequado sempre à situação na qual ele se encontra. (SPINELLI, 2007, p.117)

Universalidade e necessidade³⁰, no âmbito prático, assumem uma configuração distinta com relação ao teórico. A necessidade, no caso da ação, é normativa e configura a ação virtuosa como o modelo de agir em uma certa situação. A universalidade resultante não se aplica absolutamente a toda espécie de ação, mas aquela exclusiva.

[...] a necessidade envolvida nas razões que o prudente tem para agir não são lógicas nem físicas. Trata-se de uma necessidade normativa: a conclusão do processo deliberativo do prudente é necessária na

³⁰ Sobre a aplicação dos conceitos de Universalidade e de Necessidade, tomados na maioria das vias interpretativas característicos ao conhecimento teórico, na sabedoria prática ver Spinelli (2007, p. 118).



medida em que expressa o melhor a ser feito por qualquer humano nessas circunstâncias. (SPINELLI, 2007, p.120)

A divisão da razão em Aristóteles, segundo os objetos com as quais o raciocínio opera, diferencia as espécies de conhecimento. O teórico apresenta por fundo a necessidade e universalidade em termos absolutos e se propõe a objetos externos ao homem. O conhecimento, nesse caso, é a posse da demonstração dos porquês, as causas, de um objeto ser o que é. A sabedoria prática, por sua vez, versa sobre as variáveis, elementos particulares de um contexto, na qual se funda a ação. A ação é a determinação da contingência e seu conhecimento incide na justa medida, resultado do cálculo racional a partir da verdadeira apreensão dos particulares.

Conclusão

Aristóteles examina a razão humana através dos objetos sobre os quais ela opera. Reconhece duas principais classes: a primeira em que os objetos são externos e necessários e a segunda, cujos objetos são variáveis. Cada âmbito requer um processo distinto da razão, uma vez que, tanto as características dos objetos quanto a finalidade do raciocínio se distinguem em cada caso.

O necessário concerne a razão teórica que objetiva a verdade. Conhecer é manifestar a causa, o porquê de algo ser exatamente o que é. A causas revela a necessidade e universalidade das relações que condicionam o ser, ou seja, expõe a essência.

Para que se possa conhecer, a razão deve operar ordenadamente, seguir uma certa estrutura que garanta a veracidade de suas inferências. Através da lógica, o autor, aponta as formas válidas de raciocínio que certificam o conhecimento.

O procedimento estrutural para o alcance do conhecimento teórico é o silogismo científico, caracterizado por se apoiar em princípios verdadeiros e indemonstráveis. Os princípios são apreendidos pela intuição. As premissas são



os juízos, proposições que manifestam uma relação de predicação, o conhecimento prévio que serve como matéria e ponto de partida para inferência da conclusão. Das premissas de um silogismo científico revela-se a causa, o termo médio, que figura como explicação e da qual deriva necessariamente a conclusão. A conclusão expõe as relações essenciais entre os predicados e o sujeito.

O conhecimento teórico é fruto de um processo racional e se funda na necessidade e universalidade, caso contrário, não poderia haver ciência. Excluído o objeto do campo perceptível não haveria como assegurar que esse continuasse o mesmo, sem uma essência o objeto não poderia, para o autor, ser conhecido, verdade e falsidade não se distinguiriam.

Os objetos variáveis estão no campo do indeterminado, das ações humanas. Através das ações o homem determina o contingente. O conhecimento oriundo das operações racionais, que certificam as ações, é a sabedoria prática. O conhecimento, nesse caso, é normativo, visa, através do cálculo das variáveis, incidir em um padrão específico para aquela ação, sua justa medida.

As características dos objetos e a finalidade são os elementos que condicionam estruturalmente o raciocínio. A razão opera de maneira própria em sua busca, por um lado, da verdade e por outro, da ação virtuosa.

Desse modo, realizar uma separação entre a necessidade e a contingência, a partir das relações pertinentes aos objetos, permite ao autor fundamentar a ciência e a ética, caso contrário o conhecimento não se asseguraria, relativizando-se à figura dos sofistas, bem como não haveria espaço para a escolha e em consequência, à ação humana.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973.

_____. **Órganon**. São Paulo: Édipro, 2010.

_____. **Tópicos**. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973.

ARISTOTLE. **Posterior Analytics**: Translated with a commentary by Jonathan Barnes. New York: Oxford University Press, 2002.

AUBENQUE, Pierre. **A Prudência em Aristóteles**. São Paulo: Ed. Paulus, 2008.

AUBENQUE, Pierre. **El Problema del Ser em Aristoteles**. Madrid: Ed. Taurus, 1974.

BARNES, Jonathan. **Aristotle**: A Very Short Introduction. New York: Oxford University Press, 2000.

BARNES, Jonathan (Ed.). **The Cambridge companion to Aristotle**. Cambridge, MA; New York: Cambridge University Press, 1999.

REALE, Giovanni. **Introdução a Aristóteles**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. **Metafísica de Aristóteles**: Ensaio introdutório; tradução Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2001. 1vol.

_____. **Metafísica de Aristóteles**: Texto grego com tradução ao lado; tradução Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2014. 2vol.

_____. **Metafísica de Aristóteles**: Sumário e Comentários; tradução Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002. 3vol.



SILVA, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da. **Ciência e dialética em Aristóteles**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

SPINELLI, Priscila Tesch. **A Prudência na Ética Nicomaquéia de Aristóteles**. São Leopoldo: Ed. Unisinos/ANPOF, 2007.

ZINGANO, Marco (Org.). **Sobre a Metafísica de Aristóteles: Textos Seleccionados**. São Paulo: Odysseus Editora, 2009.

ZINGANO, Marco. **Aristóteles: Tratado da virtude moral; Ethica Nicomachea I 13 – III 8**. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

ANGIONI, Lucas. **O conhecimento científico no livro I dos Segundos Analíticos de Aristóteles**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/df/opessoa/ANGIONI%20-%20conhecimento%20cientifico%20no%20livro%20I%20dos%20segundos%20anal%EDticos.pdf>. Acesso em: 17 de mar. De 2016.

